

13 DE MAIO DE 2022.

ANAPE

em ação

»» MATÉRIA

Presidente da ANAPE prestigia posse da Diretoria e dos Conselhos Fiscal e Superior da Associação dos Procuradores do Estado do Amazonas

Pág. 2

»» MATÉRIA

Presidente e Diretores da ANAPE prestigiam posse do procurador do Estado de Goiás, Marcello Terto, como Conselheiro do Conselho Nacional de Justiça

Pág. 4

»» EVENTO

Vem aí o 3º Encontro Nacional de Procuradorias de Saúde

Pág. 6

MATÉRIA

Presidente da ANAPE prestigia posse da Diretoria e dos Conselhos Fiscal e Superior da Associação dos Procuradores do Estado do Amazonas



Nesta quarta-feira (11), o presidente da Associação dos Procuradores dos Estados e do Distrito Federal, Vicente Braga, participou da cerimônia de posse realizada pela Associação dos Procuradores do Estado do Amazonas (APEAM).

A solenidade reconduziu o Procurador Aldenor Rabelo, como presidente da APEAM e também deu posse aos novos membros da diretoria durante solenidade realizada no Palácio da Justiça do Amazonas, no Centro de Manaus.

Logo na abertura do evento, o presidente Vicente Braga celebrou os 40 anos de história da ANAPE, afirmando que é uma trajetória marcada por batalhas e conquistas. “Estamos fazendo uma política de inclusão, buscando reparação histórica de equidade”, disse Braga.

O presidente da APEAM, Aldenor Rabelo, agradeceu a presença e o apoio da ANAPE, representada por Vicente Braga. “Essa é uma gestão que visa e foca em missões. Acreditamos que essa visão estratégica vai desenca-

dear um ano de mudanças.” afirmou Rabelo.

Também esteve na cerimônia, o Procurador-Geral Giordano Cruz, representando o Governador do Amazonas,

Wilson Lima. Em seu discurso, parabenizou a parceria da ANAPE com a APEAM: “A nossa função de defender do Estado do Amazonas é algo coletivo, pois de maneira individual não conseguimos nada”, encerrou Cruz.



MATÉRIA

Presidente e Diretores da ANAPE prestigiam posse do procurador do Estado de Goiás, Marcello Terto, como Conselheiro do Conselho Nacional de Justiça



A cerimônia de posse do procurador do Estado de Goiás, Marcello Terto, como Conselheiro do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) foi nesta terça-feira, 10 e foi prestigiada pelo presidente da ANAPE, Vicente Braga e por diretores da Associação como o presidente do Conselho Fiscal, Helder Barros, o Diretor de Assuntos Legislativos, Fabrizio Pieroni e o Secretário-Geral Adjunto e Inativos, Milton Pereira Júnior. A sessão foi presidida pelo ministro, Luiz Fux.

Marcello Terto ocupará uma das duas vagas destinadas à advocacia no CNJ, durante o biênio 2022-2024.

Vicente Braga, presidente da ANAPE, desejou sucesso ao dr. Marcello Terto nesta nova função. “É um orgulho para a ANAPE ter um procurador de estado como Conselheiro do Conselho Nacional de Justiça, que é um órgão que atua constantemente para a garantia de boas práticas na justiça brasileira”, afirmou.

Nas suas primeiras palavras como conselheiro empossado, Marcello Terto, enfatizou a nobre missão de contribuir para o crescimento e fortalecimento da advocacia. “Agradeço a acolhida nesta missão que me foi outorgada pela advocacia brasileira para servir ao sistema de justiça neste órgão de tamanha envergadura e importância na transformação do judiciário brasileiro, desde a sua instituição”, salientou Terto.

Esta é a primeira vez, desde a criação do CNJ, há 18 anos, que um represen-

tante da advocacia goiana é indicado a compor uma das 15 cadeiras da entidade. A indicação foi aprovada pelo Senado em 6 de abril. Terto tem uma vasta trajetória jurídica, e atualmente é Conselheiro Federal da OAB e Presidente da Comissão Nacional da Advocacia Pública, tendo ingressado na PGE-GO em 2003. Terto, além de ter sido presidente da ANAPE, também foi presidente da Associação dos Procuradores do Estado de Goiás.



MATÉRIA

3º Encontro Nacional de Procuradorias de Saúde (ENPS)



Vem aí mais um evento realizado pela ANAPE: o terceiro Encontro Nacional de Procuradorias de Saúde. Essa edição será nos dias 22 e 23 de junho em São Luís, capital do Maranhão. Serão palestras e painéis imperdíveis que terão como temática a judicialização da saúde. A grande anfitriã é a ASPEM com o apoio da Procuradoria Geral do Estado do Maranhão.

[Acesse o link e garanta agora mesmo sua vaga!](http://enps.anape.org.br)

MATÉRIA

3º Encontro Nacional de Procuradorias de Saúde - Fique por dentro do edital com as regras para submissão de trabalhos (paper)



3º ENCONTRO NACIONAL DE PROCURADORIAS DE SAÚDE

Inscrições: enps.anape.org.br

FIQUE ATENTO!

EDITAL ABERTO

para submissão de paper para o
3º ENCONTRO NACIONAL DE PROCURADORIAS DE SAÚDE

22 e 23 de Junho **São Luís - Maranhão**

SECRETARIA DE SAÚDE | GOVERNO DO MARANHÃO | MARANHÃO 2020 | OAB | ASPEM | ANAPE

A Comissão Organizadora do III Encontro Nacional das Procuradorias de Saúde, com apoio da Escola Nacional da Advocacia Pública (ESNAP), torna pública as regras para a submissão de trabalhos (paper) relacionados ao referido evento que é promovido pela ANAPE.

Os papers poderão ser apresentados sob a forma de resenha de experiência inovadora ou Investigação científica.

Os trabalhos aprovados serão publicados nos Anais do evento, de forma eletrônica, conforme regras fixadas. [Confira aqui!](#)

MATÉRIA

PEC 63: Presidente e Diretores da ANAPE participam de reunião com o presidente da Frente Parlamentar da Advocacia Pública da Câmara Federal



O presidente da ANAPE, Vicente Braga, o Diretor de Assuntos Legislativos, Fabrizio Pieroni e o Secretário-Geral Adjunto e Inativos, Milton Pereira Júnior, participaram nesta terça-feira, 10/05, de uma reunião com o Deputado Federal, Fábio Trad (PSD/MS).

O encontro teve como objetivo tratar de temas de interesse da Advocacia Pública que tramitam na Casa, em especial a PEC 63. Também estiveram presentes representantes de outras associações como Anpprev, Anafe, Anauni e Sinprofaz.

MATÉRIA

Presidente do Conselho Fiscal da ANAPE se reúne com Senador Nelsinho Trad



O presidente do Conselho Fiscal da ANAPE, Helder Barros e o presidente da APDF, João Pedro Avelar, ambos representando a Associação Nacional dos Procuradores dos Estados e do DF, se reuniram na última sexta-feira (06/05), com o Senador Nelsinho Trad (PSD/MS). Na pauta, temas de interesse da Advocacia Pública que tramitam na Casa. A reunião aconteceu na liderança do partido no Senado. Também estiveram presentes representantes de outras associações como ANPPREV, ANAFE e ANAUNI.

NA MÍDIA

A necessária transformação da cultura do litígio em cultura de paz

Não é somente o benefício da celeridade, da redução quantidade de processos e da economia financeira. É também o exercício e o incentivo a uma cultura de paz.

Nos últimos anos, temos acompanhado iniciativas significativas no Judiciário brasileiro voltadas à priorização da resolução de conflitos por meio de acordos entre as partes - movimento conhecido como a “cultura da paz”. A (ainda sutil) mudança de foco nos mostra que, com uma mediação adequada, é possível que cada envolvido em um processo ceda um pouco para que impasses que congestionam escaninhos, travam investimentos e prejudicam o atendimento adequado à população sejam resolvidos de forma mais célere.

Os meios consensuais de conflito - conciliação, mediação e arbitragem estão cada vez mais conhecidos. Em 2020, o país registrou 2,42 milhões de sentenças homologatórias de acordos por meio da conciliação, ou 9,9% do total. Considerando apenas a fase de conhecimento, a taxa sobe para 15,8%. A Justiça Estadual encerrou 2020 com 1.382 centros judiciários de



solução de conflitos e cidadania instalados. Os números estão no relatório justiça em números 2021, publicado pelo CNJ.

Entretanto, precisamos avançar. Uma justiça que chega tardia acaba se tornando uma injustiça. E, para isso, é necessário introduzir no cotidiano da comunidade jurídica o conceito da justiça multiportas, em que a disputa judicial, é sim, um meio adequado, mas não o único. A constatação foi consenso durante o debate virtual resolução de conflitos: O caminho para que a justiça seja para todos, realizado no início deste mês pelo portal Migalhas, em parceria com a Anape - associação nacional dos procuradores dos Estados e do DF.

Uma Justiça mais célere e com menos entraves é um ganho inestimável. Para se ter uma ideia, o Judiciário finalizou 2020 com 75,4 milhões de processos pendentes, com taxa de congestionamento total de 73%. E os meios extrajudiciais de solução de conflitos têm sido um caminho importante para mudar esse cenário, trazendo resultados não apenas em recursos financeiros, mas evidenciando o genuíno interesse em resolver disputas que, muitas vezes, duram décadas.

A Justiça tradicional é um meio fundamental e o proposto aqui não é que ela seja deixada de lado, mas a bandeira da paz, da consensualidade, também precisa ser hasteada no ambiente jurídico. Vivemos na era da velocidade, em que o tempo tem valor inestimável e a tecnologia tem permitido cada vez mais possibilidades. No ano passado, por exemplo, motivado pelo uso intenso das plataformas digitais devido à pandemia da covid-19, o CNJ regulamentou a resolução digital de conflitos por meio de conciliação e mediação.

Precisamos caminhar de acordo com os novos tempos. No ano passado, o Brasil assinou a convenção das nações unidas sobre acordos comerciais internacionais resultantes de mediação, conhecida como a convenção de Singapura. A adesão demonstra internacionalmente a importância da mediação para o país. A assinatura e o cumprimento desses pactos internacionais trazem mais segurança jurídica para a economia brasileira. A condução de disputas comerciais internacionais fora do Judiciário é crité-

rio relevante para atração de capital estrangeiro em investimentos.

E toda essa mudança de cultura passa, necessariamente, pela advocacia. Seja na advocacia privada, seja na pública, o advogado é o ator principal. O advogado é o primeiro juiz da causa e é lá, na formação dele, que precisamos investir em uma cultura menos litigante, em uma advocacia menos “ganhar e perder”, com o foco em resolver. Atrás de cada causa, há pessoas que, muitas vezes, passam anos à espera de uma solução. E, por isso, a comunidade jurídica precisa ampliar o olhar, investir em capacitação e incentivar posturas mais conciliatórias.

No âmbito da advocacia pública, os meios extrajudiciais de solução de conflitos têm sido um caminho muito utilizado para solucionar causas e garantir que acordos sejam devidamente cumpridos - desonerando a máquina pública e garantindo que serviços públicos funcionem adequadamente. O número de arbitragens com envolvimento da administração pública, por exemplo, saltou de 25 em 2018 para 75 em 2019 - ano em que o poder público participou de 17% de todos os processos de arbitragem iniciados no país.

A advocacia-geral da União tem investido na cultura de consensualidade. No ano passado, a AGU conseguiu, por meio da mediação, resolver conflitos centenários como a disputa pelo aeroporto campo de Marte, na zona norte de São Paulo, ou questões fundiárias no Distrito Federal que se arrastavam

desde a criação da capital. Só no âmbito da arbitragem, a AGU atuou como facilitadora em processos que giram em torno de R\$ 205 bilhões.

As procuradorias gerais estaduais também têm exercido um papel conciliatório bastante significativo. Um exemplo é o centro judiciário de solução de conflitos e de didadania das execuções fiscais no Distrito Federal que, além da mediação em acordos, atua com educação financeira. A iniciativa consiste em uma unidade judicial para que contribuintes com débitos fiscais negociem suas dívidas. Aproximar o Estado do cidadão para resolução pacífica e consensual de conflitos fiscais é uma grande missão.

Em três anos de existência, o trabalho rendeu bons frutos: foram mais de 21 mil audiências resultando em negociações de mais de R\$ 16,8 milhões. É interessante observar que o projeto nasceu com um caráter de conscientização fiscal, ou seja, extrapolando o processo mecânico o levando a um nível mais humanizado.

Outro exemplo marcante de acordo bem-sucedido é o caso de desapropriação urbana humanizada realizada pela Procuradoria-Geral do Estado do Ceará durante as obras do VLT - veículo leve sobre trilho de Fortaleza - iniciativa vencedora do prêmio Inovare. Em 2014, houve a negociação com os moradores que precisavam desocupar as moradias em área declarada de utilidade pública, cerca de 13km, atingindo mais de 2 mil imóveis e, aproximadamente, 2.700 famílias. A

PGE-CE conseguiu acordo com 97% das pessoas.

A conciliação, a mediação, o ato de nos sentarmos, conversarmos e entendermos faz parte do que nos faz melhores como seres humanos - a nossa capacidade de negociação, de diálogo, de respeito e de empatia. Não é somente o benefício da celeridade, da redução quantidade de processos e da economia financeira. É também o exercício e o incentivo a uma cultura de paz - ativo tão necessário nos tempos atuais.

Vicente Martins Prata Braga

Presidente da Associação Nacional dos Procuradores dos Estados e do DF (Anape), advogado especialista em Direito Eleitoral, procurador do Estado do Ceará e doutor em Direito Processual Civil pela Universidade de São Paulo (USP)

Fonte: [Portal Migalhas](#)

COMUNICADOS

ATENÇÃO ASSOCIADOS

A Anape está aprimorando o seu acervo histórico e pede o seu apoio! Caso tenha fotos, vídeos e/ou documentos de eventos da Associação, mande para o e-mail: arquivo@anape.org.br com legenda descritiva.

Contamos com a colaboração de todos para que, juntos, possamos contar os 40 anos da nossa história de conquistas.



COMUNICADOS

SEU ARTIGO NA REVISTA



A Revista Justiça & Cidadania tem um espaço aberto para que procuradores associados à ANAPE possam publicar um artigo exclusivo por mês. O tema é livre de acordo com os interesses da carreira, com até 6.500 caracteres. Basta enviar o texto, uma foto do autor, um mini currículo e as redes sociais (caso tenha) até o dia 15 de cada mês para o e-mail:

midiaeconexao@gmail.com



COMUNICADOS

ANAPE INDICA



A ANAPE abre espaço para divulgar em seus canais de comunicação as obras literárias dos procuradores. Basta enviar uma imagem em alta definição do livro e uma breve descrição da obra, para o e-mail: midiaeconexao@gmail.com



CLUBE DE VANTAGENS

ANAPE
Mais

LOJAS MAIS PROCURADAS NO SEU CLUBE DE VANTAGENS

MULTILASER

Até 18%
de desconto*

 **Electrolux**

Até 40%
de desconto*

Reserva

Até 15%
de desconto*

magalu

Até 10%
de desconto*


CASAS
BAHIA

Até 40%
de desconto*

 **RENNER**

Até 15%
de desconto*

*Consulte as condições no site.

Confira mais lojas disponíveis, acesse o site:

anapemais.com.br

CLUBE DE VANTAGENS

ANAPÉ
Mais



Mês das
Mães

wepink

Até 20% de
desconto*

VIVARA

Até 15% de
desconto*

AMARO

Desconto
especial*

SEPHORA

Até 60% de
desconto*

L'OCCITANE
EN PROVENCE

Até 15% de
desconto*

oBoticário

Até 30% de
desconto*

*Consulte as condições no site.

anapemais.com.br

CONSELHO EDITORIAL

DIRETORIA

Presidente:

Vicente Martins Prata Braga (CE)

Diretor de Comunicação e

Relações Institucionais:

Rodrigo de Meneses dos Santos (TO)

ASSESSORIA DE COMUNICAÇÃO

Mídia e Conexão

DIAGRAMAÇÃO

Caroline Sousa



ANAPE
ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS
Procuradores dos Estados e do DF

